

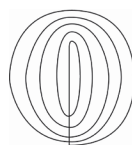
Versão PDF da entrada

# QUALIA

da EDIÇÃO DE 2013 do

## COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por  
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2013 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Qualia  
Copyright © 2013 do autor  
Roberto Horácio Pereira

Todos os direitos reservados

# Qualia

## 1 O uso pré-teórico

‘Qualia’ (singular: ‘quale’) é a palavra latina (‘qual tipo’) introduzida na filosofia contemporânea como termo de arte para se designar as qualidades fenomenais, subjetivas e conscientes da nossa vida mental, que seriam acessíveis mediante introspecção. Na clássica formulação proposta por Nagel 1974, um organismo possuiria estados conscientes em sentido fenomenal quando houvesse “algo característico que é como ser tal organismo” ou quando houvesse “algo característico que é como ser para tal organismo” (“*there is something it is like to be such organism or something it is like to be for such organism*”) (436). Essa característica é usualmente conhecida como caráter fenomenal, subjetivo ou consciente da experiência ou da nossa vida mental em geral.

É consenso na literatura que tal caráter consciente não é algo que se possa definir de forma não-circular em termos não-fenomenais. Assim, o procedimento padrão aqui é recorreremos a exemplos. Em cada experiência que o sujeito realiza, há algo característico para ele que é realizar tal experiência. Em cada estado mental consciente, há algo característico para o sujeito que é como encontrar-se em tal estado. Há algo característico que é como sentir dor; há algo característico que é como perceber vermelho; há algo característico que é como estar apaixonado; há algo característico que é como estar deprimido, etc.

Para muitos, contudo, o conceito de ‘qualia’ seria uma ilusão filosófica (Dennett 1990). Mas a um olhar mais atento, o que tal eliminativista entende por ‘qualia’ não são as qualidades ou aspectos fenomenais da nossa vida mental, mas antes supostas entidades imateriais, inefáveis cujo conhecimento seria incorrigível. Assim, mesmo que neguemos a existência de *qualia* nessa acepção teoricamente carregada do termo, nada impede que a aceitemos no sentido pré-teórico original. Com efeito, negar a existência dos *qualia* nesse sentido seria tão impensável quanto negarmos a própria existência da consciência em sentido fenomenal.

Essa descrição pré-teórica suscita uma indagação metafísica sobre a natureza dos *qualia* e outra sobre seu estatuto ontológico. Passo a

seguir ao mapeamento das diferentes posições contemporâneas cruzando essas duas questões e seguindo seus desdobramentos no curso da história contemporânea.

## 2 Propriedades intrínsecas à experiência

Historicamente, a primeira posição que merece ser examinada é aquela que identifica os *qualia* a propriedades intrínsecas à experiência: a teoria dos dados sensoriais (*sense-data*). Tal teoria é introduzida na história da filosofia por Russell 1910 através da sua célebre oposição entre conhecimento por contato (*knowledge by acquaintance*) e conhecimento por descrição (*knowledge by description*). Teríamos acesso direto (*conhecimento por contato*) apenas aos dados sensoriais, os objetos fenomenais imediatos da percepção, acessíveis mediante introspecção. Assim, a minha experiência visual de um tomate maduro era entendida como a percepção interna de uma imagem ou de um dado sensorial que, dentre outras propriedades, possuiria a cor vermelho e a forma delgada. Para alguns teóricos, o caráter fenomenal dependeria das características dos dados sensoriais, enquanto para outros os *qualia* seriam essas próprias características. É no âmbito de tal teoria que a palavra ‘qualia’ é introduzida na literatura por Lewis 1929.

O principal atrativo da teoria residia em explicar como percepções verídicas, ilusórias e alucinações poderiam possuir um mesmo caráter fenomenal: quer eu esteja percebendo um tomate maduro, percebendo ilusoriamente algo como um tomate maduro ou alucinando um tomate maduro, o caráter fenomenal das minhas experiências seria o mesmo: em todos os casos eu estaria percebendo algo que internamente me aparece com as características de um tomate maduro.

A principal razão para o declínio da mesma teoria radica na dificuldade de entendermos a introspecção como uma forma de percepção *de re* das características de tais supostos dados sensoriais segundo o modelo ato-objeto. O principal argumento contrário aqui se apoia no caráter diáfano ou transparente da experiência (Moore 1922; Ducasse 1942): quando voltamos nossa atenção para as características dos supostos dados sensoriais da nossa experiência de um tomate maduro, nada mais percebemos do que a cor vermelha e a forma delgada, etc, do próprio tomate representado pela experiência visual.

Ora, se não temos como entender a introspecção como uma percepção *de re* de supostas características intrínsecas à experiência, a alternativa histórica consistiu em entender o caráter fenomenal como uma forma adverbial ou intransitiva de consciência. “Ver um objeto vermelho” nada mais seria do que “ver algo vermelhamente”. Essa posição é conhecida na literatura sob a rubrica ‘adverbialismo’. Os principais expoentes do adverbialismo são Ducasse 1942 e Chisholm 1957. O principal atrativo do adverbialismo residia na eliminação do chamado modelo ato-objeto de introspecção.

O adverbialismo também cai em ostracismo. A razão do seu declínio é um argumento contrário formulado por Jackson 1977. Suponhamos que alguém esteja percebendo simultaneamente um quadrado vermelho e um círculo verde. À luz do adverbialismo, o caráter fenomenal de tal experiência deveria ser descrito na forma adverbial: “ver vermelhamente, quadradamente, verdemente e circularmente”. Ora, nesses termos, o adverbialismo parece fracassar em especificar que o vermelho é um predicado do quadrado e que o verde é um predicado do círculo.

### 3 O dualismo de propriedades

Mas quando pensamos nos *qualia* como propriedades intrínsecas à experiência, também pensamos nos mesmos como propriedades fenomenais que não existiriam independentemente da mente, ou seja, que seriam ontologicamente irredutíveis a propriedades físicas e funcionais. A tese da irredutibilidade dos *qualia* é conhecida na literatura sob a rubrica “dualismo de propriedades”.

Há na literatura ao menos três argumentos em apoio ao dualismo: o *argumento do hiato explicativo* (Levine 1983), o *argumento do conhecimento* (Jackson 1982) e o *argumento modal dos zumbis* (Chalmers 2004). Por razões de espaço, ocupar-me-ei aqui apenas com a versão mais simples do argumento modal de Chalmers. Como o reducionismo postula a identidade entre os *qualia* e propriedades físicas e/ou funcionais, para refutá-lo bastaria apresentarmos um mundo possível no qual réplicas físicas e funcionais de humanos possuiriam estados mentais e realizam experiências mas sem os *qualia* (a hipótese dos zumbis):

1 - Se réplicas físicas e funcionais de humanos sem consciência em

sentido fenomenal (zumbis) são concebíveis, então elas também são metafisicamente possíveis.

2 - Se réplicas físicas e funcionais de humanos sem consciência (zumbis) são metafisicamente possíveis, então não pode haver identidade entre os *qualia* e propriedades físicas e funcionais do organismo.

3 - Ora, réplicas físicas e funcionais de humanos sem consciência em sentido fenomenal (zumbis) são concebíveis.

4 - Portanto, (modus ponens) os *qualia* não podem ser propriedades físicas nem funcionais.

Ora, ainda que zumbis sejam concebíveis, disso não se segue que eles sejam metafisicamente possíveis. Chalmers 2004 apresenta ponderações adicionais para justificar tal passagem. Entretanto, a suposição que zumbis se comportem tal como nós na ausência de consciência fenomenal supõe que existam mundos possíveis nos quais *qualia* sejam *epifenômenos*, ou seja, fenômenos sem poderes causais. Tal epifenomenalismo colide com intuições que possuímos sobre os poderes causais dos nossos estados conscientes. Acreditamos, por exemplo, que levamos a mão ao rosto quando sentimos dor de dentes. Se zumbis levam a mão ao rosto sem sentirem dor é porque não são nossas réplicas funcionais.

Assim, dualistas se veem às voltas com um dilema. Se, por um lado, existem inegavelmente mundos possíveis nos quais criaturas se comportam como nós mas sem *qualia*, então essas criaturas não podem ser consideradas nossas réplicas funcionais. Se, por outro, podemos conceber réplicas funcionais de humanos sem *qualia*, nem por isso tais réplicas seriam metafisicamente possíveis.

#### 4 Funcionalismo e materialismo

Duas posições são dignas de nota aqui: o funcionalismo e o materialismo. Segundo o funcionalismo, os *qualia* seriam propriedades funcionais do cérebro. Isso significa dizer que réplicas funcionais realizariam experiências com os mesmos *qualia* quando se encontrassem em estados definidos pelo mesmo papel funcional, ou seja, pelas mesmas relações causais que eles entretêm com outros estados mentais, inputs sensoriais e outputs comportamentais.

Como o funcionalismo implica uma impossibilidade metafísica, para refutá-lo bastaria formularmos contraexemplos de mundos

possíveis nos quais réplicas funcionais nos mesmos estados mentais (definidos pelos seus papéis funcionais) possuiriam diferentes *qualia*. A hipótese da inversão de espectro constitui um contraexemplo decisivo. Suponhamos que você veja vermelho quando eu vejo verde e vice-versa; o mesmo acontecendo para as demais cores. Mas como estamos imersos em um mesmo ambiente físico e em uma mesma comunidade, ambas as nossas experiências visuais representam exatamente da mesma forma tomates maduros como vermelhos e os não-maduros como verdes. Assim, embora sejamos funcionalmente idênticos em todos os aspectos relevantes do nosso comportamento em face às cores vermelha e verde, haveria algo característico para mim quando vejo um tomate vermelho que seria substancialmente distinto do que é característico para você quando você vê um tomate vermelho.

Segundo o materialismo, os *qualia* seriam propriedades físicas intrínsecas do cérebro. Isso significa dizer que réplicas físicas realizariam experiências com os mesmos *qualia* quando se encontrassem nos mesmos estados, definidos agora pelas suas propriedades físicas, independentemente do meio ambiente e da comunidade onde tais réplicas porventura estivessem imersas. Como o materialismo identifica os *qualia* a propriedades físicas do cérebro, para refutá-lo deveríamos ser capazes de formular contraexemplos de mundos possíveis nos quais as experiências de réplicas físicas que se encontram nos mesmos estados físicos (definidos exclusivamente pelas suas propriedades físicas) possuísem diferentes *qualia*. Não obstante, não é fácil sequer concebermos mundos possíveis nos quais réplicas físicas nos mesmos estados (definidos pelas suas propriedades físicas) estariam realizando experiências com diferentes *qualia*.

Mas ainda que o materialismo não seja facilmente refutável, ele colide com algumas evidências empíricas conhecidas. Se os *qualia* forem propriedades intrínsecas ao cérebro, é difícil entendermos a correlação (consistente ao menos no caso das experiências visuais) entre o caráter fenomenal das nossas experiências e (parte) do seu conteúdo representacional: como entendermos que quase sempre que estamos em contato visual com objetos da cor vermelha realizamos experiências visuais com o *quale* “vermelho fenomenal”?

## 5 Representacionismo

Mas se o caráter fenomenal for uma propriedade relacional, ou seja, uma propriedade que a experiência possuiria apenas em razão da sua relação com a realidade exterior, a suposição natural aqui seria identificá-lo à propriedade representacional da experiência, ou seja, à representação de algum conteúdo por parte da experiência. Tal posição é conhecida hoje na literatura filosófica pelas rubricas “representacionismo” ou “intencionalismo”.

‘Representacionismo’ é um termo geral que compreende diferentes posições. Na sua forma fraca (*weak*) o representacionismo se resume à tese da superveniência (dependência) dos *qualia* sobre algum conteúdo da experiência: experiências que representassem um mesmo conteúdo possuiriam necessariamente um mesmo caráter fenomenal. Se duas experiências de tomates maduros compartilham um conteúdo, então elas possuem os mesmos *qualia*. Na sua versão forte (*strong*), em contrapartida, o representacionismo assume a forma da tese da identidade entre o caráter fenomenal e algum conteúdo representacional da experiência: o caráter fenomenal da experiência visual de um tomate maduro nada mais seria do que a representação de algum conteúdo por tal experiência.

Duas razões fundamentais militam em favor do representacionismo. Em primeiro lugar, abundam evidências empíricas, oriundas da psicologia cognitiva, que suportam a suposição que experiências, tais como atitudes proposicionais, possuem conteúdos representacionais. Experiências nada mais são do que mapas cerebrais que projetam sobre a realidade determinadas condições de correção de forma análoga às atitudes proposicionais que projetam determinadas condições de verdade. Quando tais condições de correção são satisfeitas, o conteúdo representacional é correto e correta é a experiência que veicula tal conteúdo. Caso contrário, o conteúdo seria incorreto e a experiência ilusória.

Tal posição é usualmente conhecida na literatura como a visão do conteúdo (*content view*). Ela se opõe à chamada visão relacional (*relation view*) segundo a qual a experiência se resumiria a relações de contato direto entre o sujeito e os objetos e suas propriedades mundanas. O principal atrativo do representacionismo aqui é a sua capacidade de fornecer uma explicação uniforme de como e por que experiên-

cias verídicas, ilusórias e alucinatórias poderiam possuir um mesmo caráter fenomenal, sem a postulação de entidades fenomenais duvidosas. Experiências verídicas, ilusórias e alucinatórias possuiriam os mesmos *qualia* na medida em que representariam um mesmo conteúdo. Em contrapartida, aqui a visão relacional é obrigada a abraçar o chamado disjuntivismo: embora possam possuir um mesmo caráter fenomenal, percepções de um objeto e alucinações acerca de um objeto qualitativamente idêntico nada teriam em comum.

Mas quer na sua forma fraca ou forte, a variante mais popular do representacionismo é o chamado representacionismo de propriedade. A ideia é identificar tal caráter fenomenal não ao conteúdo completo da experiência, mas apenas à representação de propriedades. A razão é simples: a representação dos objetos em nada contribui para a determinação do caráter fenomenal. Por exemplo, o caráter fenomenal da experiência de um tomate maduro não se altera quando esse é substituído por outro idêntico ou quando eu passo a alucinar um tomate maduro qualitativamente idêntico àquele que percebia.

O representacionismo pode assumir tanto uma forma reducionista quanto uma forma não-reducionista (Chalmers 2004). Na sua variante não-reducionista, o conteúdo parcial da experiência (a propriedade representada) seria especificado em termos mentais e fenomenais. Assim, por exemplo, o caráter fenomenal da experiência de vermelho seria equivalente à representação de uma propriedade especificada em termos mentais e fenomenais: o vermelho fenomenal. Em contrapartida, na sua variante reducionista tal conteúdo representacional seria especificado em termos não-mentais e não-fenomenais; no conhecido modelo proposto por Dretske em termos causais, informacionais e teleológicos (Dretske 1995). Assim, o caráter fenomenal da mesma experiência de vermelho seria idêntico à representação de uma propriedade física de refração do espectro da luz (i) que covaria causal e nomologicamente com ocorrências de tal experiência e que (ii) tal experiência tem por função (biológica) indicar.

## 6 Representacionismo amplo

Mas o representacionismo também pode assumir tanto uma forma ampla (*wide*) quanto uma forma exígua (*narrow*). Na sua forma ampla,



o representacionismo consiste na suposição que o caráter fenomenal seria idêntico a representações de propriedades amplas, ou seja, propriedades cuja representação não dependeria da constituição física ou funcional do sujeito, mas apenas dos ambientes e comunidades nos quais o sujeito estivesse imerso. Embora contraintuitivo, o representacionismo amplo encontra inúmeros adeptos na filosofia contemporânea da mente. Os nomes de destaque aqui são os de Harman 1990, Dretske 1995, Lycan 1996 e Tye (1995; 2000; 2009).

A ideia de que os *qualia* sejam representações de propriedades amplas certamente não é a posição padrão nem entre psicólogos cognitivos nem mesmo entre filósofos fisicistas. E nós já salientamos o porquê: é difícil concebermos mundos possíveis nos quais as experiências de réplicas físicas e funcionais possuam diferentes *qualia* quando se encontram nos mesmos estados, definidos ou pelas suas propriedades físicas ou pelas suas propriedades funcionais.

Suponhamos que Oscar e seu gêmeo possuem uma crença perceptual sobre uma poça de uma substância aquosa que cada qual contempla na terra e na terra-gêmea, respectivamente. Segundo a lenda, tais substâncias seriam fenomenicamente idênticas, embora fossem quimicamente distintas: enquanto Oscar contempla uma poça de H<sub>2</sub>O na terra, a sua réplica física e funcional na terra-gêmea contemplaria uma poça de XYZ. Como reza a ortodoxia externista, os conteúdos parciais dos estados mentais de Oscar e da sua réplica seriam propriedades amplas distintas.

Mas ainda que as propriedades representadas pelos estados de Oscar e do seu gêmeo sejam amplas e distintas, o experimento mental de Putnam claramente sugere que os *qualia* das suas experiências das respectivas poças de substâncias aquosas seriam propriedades exíguas idênticas, ou seja, propriedades cuja representação dependeria apenas dos estados internos da criatura. As experiências visuais e gustativas das substâncias aquosas de Oscar e do seu gêmeo possuiriam os mesmos *qualia* ainda que Oscar se encontre na terra interagindo com H<sub>2</sub>O enquanto seu gêmeo se encontre na terra-gêmea interagindo com XYZ.

Ora, como o representacionismo amplo (forte) identifica o caráter fenomenal da experiência à representação de propriedades amplas, ele pressupõe ser metafisicamente impossível tanto a existência de experiências com diferentes *qualia* representando as mesmas

propriedades, quanto a existência de experiências representando diferentes propriedades com os mesmos *qualia*. Assim, para refutá-lo bastaria então apresentarmos (i) contraexemplos de mundos possíveis nos quais experiências com diferentes *qualia* estariam representando as mesmas propriedades e (ii) contraexemplos de mundos possíveis nos quais experiências com os mesmos *qualia* estariam representando diferentes propriedades.

A hipótese de inversão de espectro constitui o melhor contra-exemplo do primeiro grupo. Suponhamos que você e eu estejamos imersos em um mesmo ambiente físico e em uma mesma comunidade, assim as nossas experiências de tomates maduros e imaturos estariam representando as mesmas cores, vermelho e verde, respectivamente. Contudo, à luz da hipótese da inversão de espectros, seria possível que existisse algo característico para mim quando vejo um tomate maduro que seria distinto do que seria característico para você quando você vê um tomate maduro e vice-versa; existiria algo característico para mim quando vejo um tomate imaturo que seria distinto do que é característico para você quando você vê um tomate imaturo. Nossas experiências visuais representariam as mesmas propriedades (as mesmas cores), mas com diferentes *qualia*.

O melhor contraexemplo do segundo grupo é o caso da terra invertida de Block 1990. A terra invertida seria um planeta idêntico à terra nos seus mínimos detalhes exceto quanto ao fato de que as contrapartidas dos objetos terráqueos possuiriam cores distintas. Assim, o céu seria amarelo, a grama vermelha, tomates maduros verdes, etc. As experiências dos habitantes da terra invertida representariam as contrapartidas dos objetos daqui com as cores invertidas. Eles veriam céu amarelo, a grama vermelha, etc. Não obstante, eles fariam uso dos predicados de cores de forma igualmente invertida. Mesmo pensando que o céu é amarelo, eles diriam (como os terráqueos) que o céu é “azul”, mesmo percebendo a grama vermelha, eles diriam que a grama é “verde”, etc.

Na versão original da história, sem que você se apercebesse, cientistas colocariam lentes especiais nos seus olhos que neutralizariam a inversão de cores e, inconscientemente, você seria transportado para a terra invertida onde você substituiria o seu *doppelganger*. Assim, tal como na terra, o céu continuaria lhe aparecendo fenomenalmente azul, a grama verde, o tomate maduro vermelho. Entretanto, sob a

suposição controversa que cores seriam propriedades amplas, após um período de imersão na terra invertida e na comunidade dos falantes locais, o conteúdo das suas experiências passaria a se equiparar ao conteúdo das experiências dos locais. Ainda que você continuasse a dizer “o céu é azul”, “a grama é verde”, etc, as suas experiências passariam a representar o céu amarelo, a grama vermelha. Assim, embora antes e depois da sua viagem à terra invertida a cor do céu lhe apareça da mesma forma, as suas experiências o representariam antes e depois instanciando diferentes cores: azul e amarelo.

## 7 Representacionismo exíguo

Segundo o representacionismo exíguo, o caráter fenomenal sobreviria ou seria idêntico à representação de propriedades exíguas, ou seja, propriedades cuja representação dependeria apenas da constituição física e funcional do sujeito: quando se encontram no mesmo estado interno, réplicas físicas e funcionais representariam as mesmas propriedades. A sugestão de Chalmers 2004 consiste em identificar tais propriedades exíguas a um conteúdo fregeano, ou seja, a propriedades de ordem superior cujo papel seria identificar as propriedades ordinárias. Assim, por exemplo, o vermelho fenomenal não seria idêntico à representação da cor vermelha ou de qualquer outra cor em particular. Ele seria antes idêntico à representação da propriedade de ordem superior que apresenta uma determinada cor “como aquela que normalmente seria responsável pelas ocorrências de vermelhos fenomenais em um indivíduo.” (174)

Os atrativos do representacionismo exíguo são inequívocos: ele nos permite contornar os tradicionais contraexemplos ao representacionismo amplo. Em primeiro lugar, pessoas com espectro invertido para cores poderiam estar percebendo tomates maduros com diferentes *qualia* uma vez que tais experiências estariam representando diferentes propriedades identificadoras. Um dos indivíduos estaria representando a cor que em condições normais seria responsável pelas ocorrências de vermelho fenomenal nele próprio, enquanto o outro estaria representando a cor que em condições normais seria responsável pelas ocorrências do verde fenomenal nele próprio. Ademais, o terráqueo na terra-invertida estaria realizando experiências com o mesmo *quale* porque as suas experiências estariam represen-

tando a mesma propriedade identificadora: a cor que seria responsável pelas ocorrências do azul fenomenal nele próprio.

Mas as suas imperfeições são ainda mais evidentes. Em primeiro lugar, o representacionismo exíguo viola claramente a chamada exigência da particularidade. Segundo tal exigência, as condições de correção da nossa experiência são essencialmente singulares, envolvendo não apenas o objeto particular como também aquela propriedade particular com a qual estamos em contato perceptual. Assim, a experiência ilusória de um tomate maduro representa erroneamente *aquela* cor como verde e não *qualquer cor* que satisfizesse a condição de ser a propriedade que normalmente seria responsável pelas ocorrências de tal experiência em determinados indivíduos.

Ademais, o intelectualismo pressuposto pelo representacionismo exíguo também é insustentável. É contraintuitivo assumirmos que criaturas capazes de realizar, por exemplo, experiências visuais de tomates maduros vermelhos sejam capazes de representar a cor vermelha como aquela cor que seria responsável pelas ocorrências das suas próprias experiências de vermelho fenomenal em condições normais. Enquanto a representação de propriedades amplas não envolve qualquer conceito, nem mesmo os conceitos elementares das cores, a representação de propriedades identificadoras de segunda ordem exige recursos conceituais altamente sofisticados. Assim, para representar o vermelho como a cor que seria responsável pelas ocorrências de vermelho fenomenal em mim mesmo, eu deveria possuir o conceito de experiência, o conceito de vermelho fenomenal e ainda um conceito de mim mesmo como um sujeito de tais experiências.

## 8 Conclusão: veículo da representação

Sempre que falamos de representações nos vemos às voltas com uma ambiguidade fundamental: o termo ‘representação’ pode ser entendido tanto como o *conteúdo representacional* da experiência (ao projetar condições de correção na realidade) quanto como o *veículo* de tais conteúdos. Segundo Dretske, o que estaria “na cabeça” (1995: 35) não seria o conteúdo, mas o veículo da representação, ou seja, estados do cérebro que veiculam conteúdos. Ora, se os *qualia* não são conteúdos representacionais (amplos ou exíguos), a sugestão natural seria identificá-los às *propriedades dos veículos do conteúdo*.

Mas aqui nos deparamos com uma nova ambiguidade: o veículo pode ser entendido tanto como o análogo mental de uma estrutura lexical ou sintática quanto como o análogo mental de uma estrutura semântica. Se seguirmos a primeira hipótese, *qualia* nada mais serão do que propriedades intrínsecas do cérebro sem nenhuma relação com o conteúdo. Por exemplo, como veículo de representação, esse texto possui as propriedades de ter sido escrito com a fonte número 12, no estilo “Times Roman”, etc. Sob tal hipótese lexical ou sintática, contudo, é difícil entendermos como o *quale* “vermelho fenomenal”, por exemplo, possa estar de algum modo correlacionado com a representação da cor vermelha nos indivíduos que não possuem o espectro invertido para cores.

Mas se seguirmos a segunda hipótese, *qualia* passam a ser entendidos como propriedades relacionais, ou seja, propriedades que o veículo da representação possui apenas em razão da sua relação causal e representacional com a realidade. O problema é como identificamos veículos de representação nessa segunda acepção semântica ou representacional. O primeiro passo nesse sentido é reconhecermos que a mesma distinção entre *type/token* própria ao domínio linguístico também está presente no domínio da experiência. Assim, enquanto tipos (*types*), veículos por si só nada representam. Apenas as suas ocorrências particulares (*tokens*) representam instanciações particulares de propriedades exíguas nos contextos nos quais o sujeito está em contato empírico com os objetos particulares. Assim, veículos de conteúdos representacionais são individuados semanticamente como tipos de estados cujas ocorrências particulares (*tokens*) em contextos de contato empírico representam instanciações particulares de propriedades.

Nestes termos, veículos representacionais nada mais são do que padrões neurais que representam de forma figurativa (Damásio 2010). A representação figurativa satisfaz ao menos quatro condições fundamentais. Primeiro, só há representação figurativa quando há um isomorfismo entre a estruturação dos elementos intrínsecos ao mapa e a estruturação dos elementos afigurados pelo mapa. Segundo, a representação figurativa é sempre perspectiva, ou seja, sempre realizada sob o ponto de vista do sujeito. Terceiro, as informações contidas na representação figurativa são codificadas analogicamente: ao veicular informações sobre uma determinada propriedade do

objeto (a cor vermelha do tomate maduro), ocorrências da representação sempre veiculam informações adicionais sobre outras propriedades do mesmo objeto (a forma delgada do mesmo tomate maduro). Quarto, a representação figurativa é dêitica (indexical), ou seja, ocorrências particulares de um mesmo padrão neural em diferentes contextos de contato empírico com a realidade representam diferentes instanciações ainda que das mesmas propriedades. Por exemplo, a representação visual de um tomate maduro em um determinado contexto de contato empírico *e* com o objeto *a*, representa *aquela* cor vermelha de *a*, *aquela* forma delgada de *a*, etc. O mesmo mapa visual no contexto do qual o sujeito estaria em contato com o objeto *b*, representaria *aquela* cor vermelha de *b*, *aquela* forma delgada de *b*, etc.

O ponto crucial é o seguinte: em razão de interações causais passadas com instâncias particulares de propriedades, padrões neurais instanciam propriedades físico-químicas sob a forma de imagens com características fenomenais mesmo na ausência de contato empírico, ou seja, mesmo sem nada representar. Embora se ainda desconheça como tais imagens emergem de tais padrões neurais (Damasio 2010), não há aqui nenhum hiato explicativo na acepção proposta por Levine 1983, uma vez que a suposição aqui aventada seja a de que tais imagens *sejam* as próprias propriedades resultantes do padrão neural subjacente. Elas *são* a forma fenomenal e subjetiva como tais propriedades são registradas.

Isto posto, devemos evitar o segundo equívoco clássico: supor que o registro de tais imagens tenha a forma de uma percepção interna das mesmas como dados sensoriais. Como uma propriedade do padrão cerebral que veicula uma representação figurativa, o caráter fenomenal não tem a forma transitiva da consciência de algo. Como a experiência é diáfana, não percebemos vermelho fenomenal. *Por meio* do vermelho fenomenal tomamos ciência da cor vermelha. E é quando nos apercebemos que vermelho é a cor que o nosso padrão neural representa que tomamos consciência introspectiva do vermelho fenomenal como a propriedade do veículo da nossa representação da cor vermelha.

Quando eu e você representamos tomates maduros como vermelhos, mas há algo característico para mim quando vejo um tomate maduro que seria distinto do que seria característico para você quando você vê um tomate maduro é por que as nossas experiências estão

representando uma mesma cor mas com base em diferentes padrões neurais com diferentes propriedades. Em contrapartida, se antes e depois da sua viagem à terra invertida, o céu lhe aparece da mesma forma é por que as suas experiências estão representando diferentes cores com base no mesmo padrão neural instanciando a mesma propriedade.

Roberto Horácio Pereira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
LANCOG Group - Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

### Referências

- Block, N. 1990. Inverted Earth. In *Philosophical Perspectives 4* (Action, Theory and Philosophy of Mind). Edited by J. Tomberlin. Atascadero. CA: Ridgeview Publishing Company.
- Campbell, J. 2002. *Reference and Consciousness*. Oxford: Oxford University Press.
- Chalmers, D. 1996. *The Conscious Mind*. Oxford: Oxford University Press.
- Chalmers, D. 2004. The Representational Character of Experience. In *The Future for Philosophy*. Edited by B. Leiter. Oxford: Oxford University Press.
- Damasio, A. 2010. *Self Comes to Mind: Constructing the Conscious Brain*. Pantheon Books. New York.
- Dennett, D. 1990. Quining Qualia. In *Mind and Cognition*. Edited by W. Lycan. Oxford: Blackwell.
- Dretske, F. 1995. *Naturalizing the Mind*. Cambridge. MA: MIT Press, Bradford Books.
- Ducasse, C. J. 1942. Moore's refutation of idealism. In *The Philosophy of G. E. Moore*. Edited by P. A. Schilpp. Open Court.
- Harman, G. 1990. The Intrinsic Quality of Experience. In *Philosophical Perspectives 4* (Action, Theory and Philosophy of Mind). Edited by J. Tomberlin. Atascadero. CA: Ridgeview Publishing Company.
- Jackson, F. 1975. On the adverbial analysis of visual experience. *Metaphilosophy* 6: 127-135.
- Jackson, F. 1982. Epiphenomenal Qualia. *Philosophical Quarterly* 32: 127-136.
- Levine, J. 1983. Materialism and Qualia: The Explanatory Gap. *Pacific Philosophical Quarterly* 64: 354-361.
- Lewis, C. 1929. *Mind and the World Order*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Lycan, W. 1996. *Consciousness and Experience*. Cambridge. MA: MIT Press.
- Moore, G. E. 1922. The Refutation of Idealism. In *Philosophical Studies*. London: Routledge and Kegan Paul Ltd. London.
- Nagel, T. 1974. What is it like to be a Bat? *Philosophical Review* 83: 435-456.
- Putnam, H. 1975. The Meaning of 'Meaning'. *Minnesota Studies in Philosophy of Science* 7: 131-193.
- Russell, B. 1910. Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. *Proceedings of the Aristotelian Society* 11: 108-128.
- Tye, M. 1995. *Ten Problems of Consciousness*. Cambridge. MA: MIT Press.
- Tye, M. 2000. *Consciousness, Color, and Content*. Cambridge. MA: MIT Press.
- Tye, M. 2009. *Materialism without Phenomenal Concepts: A New Perspective on the Major Puzzles of Consciousness*. Cambridge. MA: MIT Press.